**Resumo dos debates com a sociedade civil organizada portuguesa sobre o futuro da Europa**

***Comité Económico e Social (CES) de Portugal, Lisboa, 29 de maio de 2017***

**PT**

O debate com a sociedade civil organizada (SCO) portuguesa sobre o futuro da Europa teve lugar na sede do Comité Económico e Social (CES) de Portugal, em Lisboa, no dia 29 de maio entre as 10 e as 18 horas.

A delegação do CESE, composta pelos conselheiros Pedro Almeida Freire (Grupo I), Carlos Silva (Grupo II) e Jorge Pegado Liz (Grupo III), decidiu convidar para os debates as organizações da SCO portuguesa com assento no CES de Portugal e decidiu organizá-los em 3 sessões separadas conforme o programa anexo.

O presidente do CES de Portugal, António Correia de Campos, participou em todas as sessões, tendo proferido um pequeno discurso introdutório ao qual se seguiu uma apresentação do contexto da iniciativa do CESE feita por cada conselheiro representante do grupo correspondente no CESE.

Depois da introdução foi pedido aos participantes que respondessem às questões colocadas no questionário do CESE, às quais se juntaram ocasionalmente questões de clarificação ou precisão, em particular uma questão recorrente sobre a eventual necessidade (decorrente dos diferentes cenários apresentados pela Comissão) de proceder a uma revisão do Tratado da UE.

Como consideração prévia, uma parte das organizações participantes sublinhou que, em termos qualitativos, o documento da Comissão fica aquém daquilo a que a instituição nos habituou por lhe faltarem elementos essenciais tais como uma avaliação do impacto de cada cenário em termos económicos e sociais e uma indicação dos custos de cada cenário.

**Questão 1: 1. Qual dos cinco cenários descritos no Livro Branco melhor corresponde, em seu entender, aos desafios internos e externos que a UE enfrenta, e porquê?**

As respostas a esta questão estão longe de ser unânimes, mesmo no âmbito de uma mesma sessão. Assim, durante a primeira sessão, enquanto a CIP[[1]](#footnote-1) e a CCP[[2]](#footnote-2) preferem um cenário que passe pela conjugação dos cenários 4 e 5 com um reforço da coesão, da solidariedade e da União Económica e Monetária (UEM) e, sobretudo, com uma liderança forte no seio da UE e uma legitimidade democrática acrescida, a CTP[[3]](#footnote-3) prefere optar pela combinação dos cenários 2, 3 e 4, embora pedindo também uma maior coesão e uma resposta eficaz aos problemas decorrentes da crise económica e da crise migratória.

Já quanto à eventual necessidade de rever o Tratado, se a CIP e a CTP se pronunciaram contra, por considerarem faltar uma base sólida de apoio, a CCP julga necessário fazê-lo para «desgovernamentalizar» a UE.

Na segunda sessão, a posição da CGTP[[4]](#footnote-4) é muito clara e todas as respostas coincidem na ideia que nenhum dos cenários pode ser aceite. Mais do que isso, a CGTP defende uma «outra Europa» de Estados soberanos que ponham em práticas políticas de defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo contra o grande capital.

Já a UGT[[5]](#footnote-5), embora sustentando que nenhum dos cenários é suficiente, parece aberta a admitir que um cenário 5 «melhorado» poderia merecer atenção. A UGT considera que a UE tem vindo a privilegiar a vertente monetarista e orçamental em detrimento da vertente social e que essa tendência tem de ser corrigida. Lamenta a total ausência de referências à dimensão social nos cinco cenários. Em resumo, a UGT considera que:

* os objetivos da governação económica não se podem sobrepor aos direitos dos trabalhadores, e que
* é necessária maior solidariedade entre os Estados-Membros.

Na última sessão, a CONFECOOP[[6]](#footnote-6) e a CNIS[[7]](#footnote-7) optaram claramente pelo cenário 5 enquanto a CNAF[[8]](#footnote-8), a APMJ[[9]](#footnote-9) e a IOMH[[10]](#footnote-10) recusaram qualquer dos cenários, tendo as representantes deste último grupo de interesses apresentado uma proposta de 6.° cenário (*Sustainable Europe for its citizens*, ver anexo) que aponta para uma UE centrada nas **pessoas** e na **sustentabilidade** e que passa pela transparência das instituições, pelo reforço da democracia, por novas referências económicas (o PIB não pode ser a referência única) e pelo conceito de economia do cuidado.

Por último, a DECO[[11]](#footnote-11), considera que o cenário 1 é o único viável embora seja necessário reforçar as políticas de proteção dos consumidores, as quais têm sido postas em causa nos últimos tempos.

Relativamente à necessidade de rever o Tratado, as organizações presentes pronunciaram-se contra, com exceção da IOMH, que defendeu claramente tal revisão, e da DECO, que a considerou implicitamente necessária para a realização do cenário 5.

**Questão 2: Seria possível e preferível um outro cenário, não referido? Se sim, porquê? Como acha que a confiança deve ser promovida na União?**

A resposta a esta questão decorre em larga medida da resposta à primeira. A maioria das organizações parece aberta à ideia de um 6.° cenário que combine diferentes aspetos dos cenários apresentados pela Comissão e que se resume em fazer muito mais, muito melhor, todos juntos, com e para os cidadãos.

**Questão 3: É necessária uma maior visibilidade e uma melhor comunicação sobre a União Europeia, e de que forma?**

De maneira geral, as organizações ouvidas (com exceção da CGTP que defende a necessidade de políticas e não de propaganda) estiveram de acordo sobre a necessidade de mais informação, formação e educação. É importante que os cidadãos (e sobretudo os mais novos) tenham consciência das vantagens que a UE lhes traz na vida quotidiana. No entanto, convém não ignorar que o afastamento dos cidadãos em relação à UE resulta em grande medida da falta de resposta às suas necessidades e preocupações.

É por isso importante que a comunicação esteja centrada nas pessoas e que estas sintam que têm acesso às instâncias através da realização de debates de proximidade. Debates como os que organiza o CESE são muito importantes. O CESE é um excelente instrumento de aproximação das organizações da SCO. No entanto, nada disto será suficiente de não houver seguimento. É necessário gerir as expectativas dos cidadãos e dar seguimento às suas intervenções.

A nível nacional é importante que os parlamentos ouçam as organizações da sociedade civil e envolvam o mais possível os cidadãos num debate que é do maior interesse para todos.

As representantes da IOMH defendem a necessidade de uma comunicação rigorosa e apresentaram propostas concretas de revisão do portal da UE, a realização de audições da SCO antes dos Conselhos Europeus e a criação de um fórum da sociedade civil.

**Questão 4: Os domínios de política referidos são suficientemente exaustivos e ilustrativos? Como os classificaria por ordem de importância? Há algum domínio central de política que não tenha sido mencionado ou recebido o destaque devido? Se sim, qual, e qual dos cinco cenários se prestaria melhor ao seu desenvolvimento?**

No entender da generalidade das organizações, há domínios de política que estão ausentes dos cinco cenários e que deveriam ser mencionados. Os domínios mais citados foram a política de coesão e solidariedade, a reforma institucional, e a governação e o aprofundamento da UE.

Foram ainda apontados outros domínios, tais como a política dos consumidores (DECO), a política das famílias (CNAF), a economia social (CONFECOOP e CNIS), as políticas de natalidade, a inovação e a inclusão (APMJ).

De salientar que tanto as organizações empresariais como a UGT consideraram que o cenário 5 seria aquele que poderia ser mais favorável aos interesses das empresas para os primeiros e a uma Europa mais social para a segunda.

**Questão 5: No que toca à via a seguir, como devem ser estruturados os debates sobre o futuro da Europa em todos os parlamentos nacionais, cidades e regiões da Europa? Que papel deve caber à sociedade civil organizada na via a seguir, e como?**

O envolvimento da SCO é fundamental para todos os participantes, que salientaram a importância de debates como aqueles que o CESE organiza. É necessário que as organizações e os cidadãos vejam que as instituições estão próximas. No entanto, é também muito importante ser capaz de gerir as expectativas das pessoas, mostrar-lhes que as suas preocupações são tomadas em conta e que são procuradas respostas. Em contrapartida, não é aceitável que representantes das instituições da UE se apresentem aos cidadãos ou às organizações com soluções pré-concebidas e sem estarem verdadeiramente à escuta.

Os participantes sublinharam a necessidade de contactos mais estreitos entre o CES e o CESE e todos se mostraram disponíveis para aprofundarem estes contactos.

O envolvimento da SCO nos debates parlamentares é também muito importante e no caso português seria importante que o CES português fosse ouvido pela Assembleia da República.

A respeito da participação da SCO alguns participantes salientaram, por um lado, o peso diferente de uma organização ou de um cidadão isolado e, por outro lado, a necessidade de alargar a consulta a outras organizações que não têm assento no CES de Portugal.

Neste contexto, o presidente do CES português comprometeu-se a organizar um debate ou a propor a elaboração de um parecer do CES sobre esta matéria, em setembro, e manifestou a disponibilidade e o interesse em poder contar com a colaboração do CESE.

**Questão 6: Quais são as suas expectativas específicas quanto ao resultado da consulta?**

Com exceção da CGTP, que não tem qualquer esperança nos resultados da consulta da SCO, todos os outros participantes esperam que as consultas possam contribuir para uma UE melhor para os cidadãos e as empresas, que traga crescimento, solidariedade e emprego.

**Questão 7: Como capacitar melhor os cidadãos para influenciar o futuro da Europa?**

A maioria dos participantes salientou a importância do n.° 2 do artigo 11.º do Tratado e sublinhou o facto de iniciativas como a do CESE serem precisamente uma das formas de aplicar a referida disposição.

Os participantes consideraram que é preciso mais e melhor comunicação, informação e formação para que os cidadãos se sintam ouvidos e envolvidos. Neste contexto, é particularmente importante um enfoque nas gerações mais novas.

Também a este respeito, foi uma vez mais citada a necessidade de realizar debates alargados aos cidadãos e às empresas.

**Outros pontos mencionados:**

* os participantes manifestaram-se favoráveis a debates presenciais sem no entanto excluir outras formas de consulta,
* a questão da cidadania europeia foi mencionada como forma de reforçar o conceito de Europa e de solidariedade,
* a questão da recente menção feita pelo Presidente Macron a uma forma de protecionismo europeu foi também mencionada, tendo os participantes considerado uma via negativa por poder levar a uma escalada de protecionismo.

**Diálogo com a sociedade civil organizada portuguesa sobre o Livro Branco sobre o Futuro da Europa – Reflexões e cenários para a UE27 em 2025**

**Lisboa, 29 de maio de 2017**

Local da reunião: Conselho Económico e Social

(Rua João Bastos, 8 – Lisboa)

**Programa**

**Delegação do CESE**

 Pedro Almeida Freire (Grupo I, Empregadores)

 Carlos Silva (Grupo II, Trabalhadores)

 Jorge Pegado Liz (Grupo III, Interesses diversos)

|  |  |
| --- | --- |
| 10 h 00 – 12 h 00 | **Representantes das organizações empresariais portuguesas**Boas-vindas pelo presidente do CES, Prof. Dr. António Correia de Campos |
|  | * Confederação do Turismo Português – CTP
* Dr. Nuno Bernardo, vogal da Comissão Executiva
* Confederação Empresarial de Portugal – CIP
* Dr.ª Patrícia Gonçalves, diretora, Departamento Assuntos Económicos
* Dr. Nuno Biscaya, diretor-adjunto, Departamento Assuntos Jurídicos e Sócio-Laborais
* Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – CCP
* Dr. Hélder Pedro, vice-presidente da Direção
* Dr. Vasco de Mello, vice-presidente da Direção
* Dr. Luís Cabaço Martins, vogal da Direção
 |
| 14 h 00 – 16 h 00  | **Representantes das organizações sindicais portuguesas**Boas-vindas pelo presidente do CES, Prof. Dr. António Correia de Campos |
|  | * Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP
* João Torres, membro da Comissão Executiva
* João Barreiros, membro do Conselho Nacional
* Fernando Maurício, Departamento Internacional
* Maurício Miguel, Departamento Internacional
* União Geral de Trabalhadores (UGT)
* Dr. João Dias da Silva, vice-presidente
* Dr.ª Paula Bernardo, secretária-geral adjunta
* Dr. Luis Correia, secretário-geral adjunto
* Dr. José Cordeiro, secretário executivo
* Dr. Carlos Alves, secretário executivo
* Dr.ª Lina Lopes, presidente da Comissão de Mulheres
* Dr. Carlos Moreira, presidente da Comissão de Juventude
 |
| 16 h 00 – 18 h 00  | **Representantes das organizações que representam interesses diversos com assento no CES de Portugal**Boas-vindas pelo presidente do CES, Prof. Dr. António Correia de Campos |
|  | * Joaquim Pequicho, diretor executivo da CONFECOOP
* Dr. Alberto Regueira (DECO)
* Dr.ª Ana Cristina Tapadinhas, diretora-geral da DECO
* Dr. José Leirião (CNIS)
* Dr.ª Maria Teresa da Costa Macedo, presidente da Confederação Nacional das Associações de Família (CNAF)
* Dr.ª Ana Sofia Fernandes, Igualdade de Oportunidades Mulheres e Homens
* Dr.ª Ana Coucello, Igualdade de Oportunidades Mulheres e Homens
* Dr.ª Marlene Mendes, Associação Portuguesa das Mulheres Juristas (APMJ)
 |

1. Confederação Empresarial de Portugal. [↑](#footnote-ref-1)
2. Confederação do Comércio e Serviços de Portugal. [↑](#footnote-ref-2)
3. Confederação do Turismo Português. [↑](#footnote-ref-3)
4. Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses. [↑](#footnote-ref-4)
5. União Geral de Trabalhadores. [↑](#footnote-ref-5)
6. Confederação Cooperativa Portuguesa. [↑](#footnote-ref-6)
7. Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. [↑](#footnote-ref-7)
8. Confederação Nacional das Associações de Família. [↑](#footnote-ref-8)
9. Associação Portuguesa das Mulheres Juristas. [↑](#footnote-ref-9)
10. Igualdade de Oportunidades Mulheres e Homens. [↑](#footnote-ref-10)
11. Defesa do Consumidor. [↑](#footnote-ref-11)